



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

ATA Nº 13, DE 12 DE MARÇO DE 2025
Sessão de Trabalho da Câmara de Educação Básica

Aos doze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e trinta minutos, realizou-se, presencialmente, no edifício-sede do Conselho Nacional de Educação (CNE), situado na Avenida L2 Sul, Quadra 607, Lote 50, em Brasília, no Distrito Federal e, virtualmente, por meio da Plataforma *Microsoft Teams*, a Sessão de Trabalho da Câmara de Educação Básica (CEB). A referida Sessão contou com a participação presencial dos Conselheiros Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva (Presidente), Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho (Vice-Presidente), Antonio Cesar Russi Callegari, Cleunice Matos Rehem, Gastão Dias Vieira, Givânia Maria da Silva, Leila Soares de Souza Perussolo, Mariana Lúcia Agnese Costa e Rosa e, de forma virtual, dos Conselheiros Ilona Maria Lustosa Becskeházy Ferrão de Sousa, Israel Matos Batista e Márcia Teixeira Sebastiani, registrada a ausência da Conselheira Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt (membra nata). Inicialmente, com a presença dos convidados Alexsandro do Nascimento Santos, Diretor de Políticas e Diretrizes de Educação Integral Básica da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC); Juliana Matoso Macedo, da SEB/MEC, Julia Dietrich, especialista em Educação e Raquel Franzim, da SEB/MEC, o Conselheiro Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho informou que a Sessão de Trabalho destina-se à discussão das Diretrizes Operacionais para a Educação Integral em Tempo Integral, bem como para a discussão sobre os Parâmetros Nacionais para a Oferta dos Itinerários Formativos de Aprofundamento do Ensino Médio. A Conselheira Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva informou que a deliberação sobre o projeto de Resolução das Diretrizes Operacionais Nacionais para Educação em Tempo Integral na Educação Básica acontecerá na Sessão Pública da CEB, no mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco. A senhora Julia Dietrich informou que elaborou documento contendo a sistematização das cento e cinquenta e cinco contribuições encaminhadas na consulta pública ao Projeto de Resolução das Diretrizes Operacionais Nacionais para Educação em Tempo Integral na Educação Básica, realizada de vinte e seis de janeiro a doze de março do ano de dois mil e vinte e cinco, que contou com ampla participação especialistas de órgãos, organizações não governamentais, movimentos sociais, universidades e centros de pesquisas. Informou o envio do documento supracitado por meio do aplicativo *WhatsApp* da CEB, organizado de acordo com as participações regionais. Apresentou uma síntese das sugestões para inclusões, supressões ou revisão de trechos do projeto em questão. A Conselheira Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva tratou da necessidade de garantir políticas para que as crianças que cuidam de familiares também tenham acesso à Educação Integral. A Conselheira Givânia Maria da Silva tratou do problema da desterritorialização de estudantes que gastam muito tempo no deslocamento da escola para o domicílio, após o término do período escolar, no caso de implementação da Educação Integral sem a necessária atenção para as condições da comunidade. O senhor Alexsandro do Nascimento Santos sugeriu a inclusão na norma preliminar da referência à Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), para indicar que as comunidades tradicionais devem participar do processo nas decisões que as afetam. Frisou a necessidade de criar mecanismo executivos de fiscalização. A Conselheira Givânia Maria da Silva tratou da necessidade de pensar outras possibilidades de escuta dos territórios, além da consulta pública. O Conselheiro Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho deliberou sobre a importância da implementação de planos de carreira docente com incentivos para a dedicação



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

ATA Nº 13, DE 12 DE MARÇO DE 2025
Sessão de Trabalho da Câmara de Educação Básica

exclusiva e citou o problema decorrentes dos contratos provisórios. Mencionou a necessidade de formas de contratação por notório saber na perspectiva do projeto pedagógico escolar. A Conselheira Mariana Lúcia Agnese Costa e Rosa apresentou observações sobre os cuidados necessários à implementação, para que o direito à assistência à saúde não se sobreponha ao direito à educação ou vice-versa. O Conselheiro Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho apresentou a proposta de cronograma para a continuidade do trabalho de elaboração do parecer em questão: previsão de reunião da comissão que trata do tema no dia sete de abril do ano de dois mil e vinte cinco e Sessão Pública para deliberação da matéria no dia nove ou dez de abril do corrente ano. A Conselheira Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva solicitou à especialista Julia Dietrich o envio do documento revisado até o dia vinte e um de março do ano de dois mil e vinte cinco, para a leitura do presidente e da relatora da comissão e da senhora Raquel Franzim. O Conselheiro Antonio Cesar Russi Callegari indicou que encaminhará sugestões de inclusão do multiculturalismo e da língua estrangeira na Educação Integral. Em seguida, a Conselheira Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva anunciou o encerramento da primeira parte da sessão e o início da segunda parte com a Discussão dos Parâmetros Nacionais para a Oferta dos Itinerários Formativos de Aprofundamento do Ensino Médio. A Conselheira Cleunice Matos Rehem informou o envio da última versão da resolução dos Parâmetros Nacionais para a Oferta dos Itinerários Formativos de Aprofundamento do Ensino Médio para o grupo do aplicativo do *WhatsApp* da CEB. O Conselheiro Antonio Cesar Russi Callegari tratou da reunião realizada com representantes do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (Foncede), no dia dez de março do ano de dois mil e vinte e cinco, e sobre o recebimento de subsídios enviados pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), embora a reunião prevista tenha sido cancelada pela entidade. Destacou que o Consed solicitou maior flexibilidade ao documento que está sendo elaborado e que o Consed se reunirá nos dias vinte e sete e vinte e oito de março do ano de dois mil e vinte cinco e convidou o CNE para participar do evento. O Conselheiro Gastão Dias Vieira tratou da importância de elaborar um guia orientativo para a implementação dos Parâmetros Nacionais para a Oferta dos Itinerários Formativos de Aprofundamento do Ensino Médio com o MEC. O senhor Alexsandro do Nascimento Santos destacou que o MEC elaborará o guia orientativo futuramente e auxiliará no aprimoramento da minuta do parecer e da resolução dos Parâmetros Nacionais para a Oferta dos Itinerários Formativos de Aprofundamento do Ensino Médio. O Conselheiro Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho informou mudanças na pauta da sessão de trabalho, do dia treze de março do ano de dois mil e vinte e cinco, no período matutino, com a inclusão do tema da obrigatoriedade do cumprimento dos duzentos dias letivos. Sem outras manifestações, a Sessão foi encerrada às doze horas e trinta minutos e, para constar, eu, Luciana dos Santos Marvulle Bueno, lavrei esta ata que, uma vez aprovada, será assinada eletronicamente por mim, e pelo Presidente da Sessão de Trabalho, Conselheiro Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho. Brasília, doze de março do ano de dois mil e vinte e cinco.